

A utilização de trabalhadores escravizados na pequena produção do Continente do Rio Grande de São Pedro (Jaguarão/RS, 1802 – 1835)

The use of enslaved workers in the small production of the Continent of Rio Grande de São Pedro (Jaguarão/RS, 1802 – 1835)

Franklin Fernandes Pinto*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo debater sobre a utilização da mão de obra de trabalhadores escravizados entre os pequenos produtores de Jaguarão/RS, durante o período de 1802 – 1835. Para o debate realizado, foram utilizadas como fontes principais 67 inventários *post-mortem* considerados de pequena produção, assim como documentos de procedência judiciária. Neste universo documental, foi constatada a presença de cativos em 88% das pequenas unidades produtivas rurais, perfazendo uma média de 4,6 por domicílio. Ao direcionarmos nossa atenção para os pequenos produtores, ressaltamos que o debate sobre a disseminação dessa mão de obra torna-se ainda mais necessário, devido esses atores estarem constantemente atrelados à ideia da incapacidade de acúmulo de recursos para obterem acesso aos trabalhadores escravizados. Nesse sentido, buscamos problematizar as escravarias encontradas nesses pequenos estabelecimentos rurais, assim como apontar indagações e provocações iniciais sobre a necessidade de compreendermos onde essa mão de obra era empregada no meio rural do Rio Grande do Sul colonial.

Palavras-chave: Escravidão; Pequenos Produtores; Rio Grande do Sul.

Abstract: This work aims to debate the use of the labor of enslaved workers among the small producers in Jaguarão/RS, during the period from 1802 – 1835. For the debate held, 67 post-mortem inventories considered to be of small production were used as main sources, as well as documents of judicial origin. In this universe of documents, the presence of captives was found in 88% of small rural productive units, making an average of 4.6 per household. By

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), na linha de pesquisa Relações Sociais de Dominação e Resistência. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

directing our attention to small producers, we emphasize that the debate on the dissemination of this labor becomes even more necessary, as these actors are constantly linked to the idea of the inability to accumulate resources to gain access to enslaved workers. In this sense, we seek to problematize the slave amount found in these small rural establishments, as well as pointing out initial questions and provocations about the need to understand where this labor was employed in the rural environment of colonial Rio Grande do Sul.

Keywords: Slavery; Small Producers; Rio Grande do Sul.

Introdução

A cidade de Jaguarão fica localizada no Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil, fazendo fronteira com Rio Branco/Uruguai. Palco de sucessivas disputas entre as Coroas Ibéricas no final do século XVIII e início do XIX, teve o domínio de seu território consolidado pelos lusitanos em 1802, quando começa de forma mais efetiva o desenvolvimento das atividades econômicas naquele espaço. Este trabalho, resultado de uma dissertação de mestrado, tem como objetivo analisar a presença de trabalhadores escravizados em pequenas unidades produtivas rurais, utilizando como fontes principais inventários *post-mortem*.

Para isso, delimitamos como pequenos produtores aqueles sujeitos que possuíam em seu rebanho a quantia de até 150 reses inventariadas. Optamos por esse recorte baseados no fato da criação de animais ser a principal atividade econômica e os bens de maior representatividade nos patrimônios do Rio Grande do Sul colonial, onde a posse de 150 animais não proporcionava ao produtor viver somente da criação, tendo que complementar o desenvolvimento de seu estabelecimento rural. Ao final de nosso levantamento, encontramos um total de 67 inventários de pequenos produtores, onde a presença de trabalhadores escravizados era observada em 88% dos documentos analisados, perfazendo uma média de 4,6 cativos por unidade produtiva.

Este torna-se um fato importante para debate, pois a presença de trabalhadores escravizados na pecuária sulina do Brasil Oitocentista foi, durante um longo período, negligenciada pela historiografia. Até então, mão de obra cativa e atividades de criação eram consideradas antagônicas, haja vista a permanência da ideia de que o “escravo não foi

essencial ao desenvolvimento das estâncias. Circunscrita a atividade destas a preia e invernações do gado, dispensava por conseguinte a concorrência de muitos braços” (CESAR, 1970, p.29). Desta forma, a imagem de um pampa assentado, primeiramente, na migração açoriana e braços livres (peões) para as lides rurais prevaleceu no estereótipo das produções historiográficas dedicadas ao período colonial do Rio Grande do Sul.

Para esta vertente, o cativo teria sido introduzido nas atividades econômicas da Capitania somente com a implementação das charqueadas em finais do século XVIII, na atual cidade de Pelotas, mesmo assim sua população seria numericamente insignificante no Rio Grande de São Pedro. Como principais fontes para suas argumentações estavam os relatos de viajantes, com destaque para os de Auguste de Saint-Hilaire¹.

Um dos trabalhos pioneiros no que tange ao uso da mão de obra cativa no Rio Grande é o de Fernando Henrique Cardoso (2003), publicado originalmente em 1962. Nele, o autor trouxe uma relevante colaboração para o entendimento da sociedade colonial sul riograndense ao desmistificar a ausência de trabalhadores escravizados em seu tecido social. Além disso, é de grande valia ao enfatizar que, para além da criação do gado, a agricultura também foi uma atividade de muita importância na formação econômica do Rio Grande de São Pedro.

Porém, ao referir-se à presença de trabalhadores escravizados nos espaços incorporados pela coroa portuguesa em finais do século XVIII e início do XIX, o autor faz o seguinte argumento:

Nas áreas que se incorporaram à economia rio-grandense nos fins do século XVIII e primórdios do século XIX, onde se repetia, neste período, a aventura da conquista e da preia ao gado, a presença do negro foi mais ocasional que rotineira, sendo mais aproveitado na qualidade de doméstico que na de peão. (CARDOSO, 2003, pp. 76-77).

O contexto das disputas ocorridas em finais do século XVIII e início do XIX, fez com que o território hoje correspondente a Jaguarão, despertasse a cobiça das coroas ibéricas devido ao sistema hidrográfico representado pelo rio Jaguarão, assim como os rebanhos

¹ Auguste de Saint-Hilaire foi um botânico, naturalista e viajante francês. Durante o período de 1816-1822 realizou viagens exploratórias pelo Brasil que resultaram em fontes históricas para o trabalho científico devido a descrição dos ambientes por onde passava, sua economia e cultura.

selvagens existentes naquele espaço. Nesse sentido, ao atrelar-se com afinco às declarações de Saint-Hilaire, Cardoso negligenciou a presença cativa nas regiões de fronteira recém incorporadas aos domínios portugueses. Além disso, afirmando que a presença de trabalhadores escravizados nas atividades produtivas se faria presente, principalmente nos trigais e nas charqueadas, acaba por desconsiderar este fato de uma ampla gama da sociedade sulina². No entanto, o panorama atual é bem diferente do até aqui delineado, pois a importância dos trabalhadores escravizados no desenvolvimento tanto da sociedade quanto das atividades econômicas do Rio Grande de São Pedro no Oitocentos é amplamente difundida.

Para o território de Jaguarão, nosso espaço de análise, encontramos em Sérgio da Costa Franco (1980) as primeiras ilações sobre este tema, mesmo que este não seja uma de suas prioridades. Contudo, a presença de cativos na formação social e econômica do espaço analisado é percebido através tanto de documentos judiciais quanto administrativos, refutando amplas teses da parca presença de trabalhadores escravizados nesses espaços recém anexados. A dissertação de mestrado de Gustavo Gularte (2015) será a base que assentará a preponderância dessa mão de obra no meio rural estudado, sendo o primeiro trabalho de cunho acadêmico destinado a observar esses agentes no espaço e tempo referente ao início da incorporação daquele território aos domínios lusitanos. Em Gularte (2015), chama atenção a disseminação dos trabalhadores escravizados nas atividades e lides rurais, assim como sua representatividade no patrimônio da população estudada.

Em trabalho anterior (PINTO, 2018), também pautado na análise dos 67 inventários *post-mortem*, focamos, de modo geral, na representatividade desses trabalhadores escravizados levando em consideração o patrimônio total dos pequenos produtores. A partir de uma orientação voltada aos pressupostos da história econômica, notamos que, ao contrário do que era observado entre os mais abastados, nos pequenos estabelecimentos rurais de Jaguarão a mão de obra cativa era o bem que representava a maior parcela dos pecúlios desses indivíduos, podendo representar 50% dos bens inventariados de acordo com o período analisado, em que o valor de um trabalhador escravizado poderia equivaler-se à 151 reses.

² Ao abordar a incorporação dos territórios meridionais na economia da América portuguesa, Helen Osório demonstra uma paisagem agrária e a participação de cativos em sua consolidação, de um modo bastante diferente do esboçado por Fernando Henrique Cardoso, inclusive relativizando a presença singular de cativos no início da expansão tritícola. Ver mais: OSÓRIO, 2007. pp. 178-179.

Contudo, ao optarmos por realizar uma análise tendo como foco principal o patrimônio desses produtores, acreditamos que esse fato nos limitou a problematizar exclusivamente as atividades produtivas que naquele espaço foram implementadas. Diante disso, diversas perguntas surgiram no desenvolvimento do trabalho, principalmente aquelas pautadas sobre a composição dessas escravarias, devido essa averiguação ajudar-nos a compreender, inclusive, o modo de acesso dos pequenos produtores a essa mão de obra tão disseminada.

Além disso, surge a necessidade de refletirmos e discutirmos, sobretudo, a forma e o modo de utilização dessa mão de obra nesses pequenos estabelecimentos rurais, devido a grande disseminação de trabalhadores escravizados no meio rural do Rio Grande de São Pedro. Desse modo, manifestam-se inquietações como: qual a finalidade de possuir uma média bastante elevada de cativos? Onde esses cativos eram empregados em um território onde é dada maior ênfase para a atividade pecuária devido a fronteira e proximidade com os rebanhos presentes no espaço platino se estamos lidando com pequenos produtores?

Desta forma, neste trabalho, buscamos elencar apontamentos iniciais de inquietações presentes quando propomo-nos a estudar os trabalhadores escravizados na conformação do tecido social da população rural de Jaguarão e Rio Grande de São Pedro no Oitocentos. Nosso objetivo está em compreender as escravarias que estavam em posse desses pequenos produtores e de que modo essa mão de obra era utilizada; tendo em vista a reflexão oriunda da análise das fontes onde o desenvolvimento da pecuária não é suficiente para responder a alta representatividade e presença desses cativos no espaço analisado.

Para uma problematização inicial dessas questões, dividimos o trabalho em duas partes. Primeiro, propomo-nos a caracterizar essas escravarias dos pequenos produtores através dos 59 inventários *post-mortem* que declaram a posse de trabalhadores escravizados, atentando para particularidades como sexo, idade, origem, nação ou porto africano de procedência. Além disso, realizaremos a estrutura da posse de trabalhadores escravizados, de modo com que possamos definir o grau de disseminação da propriedade cativa entre esse grupo. Também buscamos fazer um debate, embora sucinto, sobre trabalho familiar, mão de obra cativa e ciclo familiar, uma vez que em alguns casos percebemos que as dinâmicas familiares influenciaram na aquisição de cativos.

Em um segundo momento, através da prática da agricultura e pensando no trabalhador escravizado enquanto uma forma de renda desses agentes do meio rural,

buscamos dar início a um debate que questione o porquê da ampla difusão dessa mão de obra entre todos os setores de Jaguarão. Nessa etapa, também contamos com o auxílio de fontes judiciais que destacam atividades econômicas voltadas para a subsistência e importação de gêneros alimentícios, as quais nos auxilia no exame desse contexto produtivo de Jaguarão.

As escravarias dos pequenos produtores de Jaguarão/RS

Apesar da imagem clássica de que para o desenvolvimento da pecuária e agricultura sulina não seriam necessários muitos braços, e que essas atividades econômicas não propiciariam o acúmulo de capital para que ocorresse a incorporação contínua do elemento cativo, o estudo realizado até o momento demonstra que essas afirmações não representam a realidade encontrada nos documentos analisados e corrobora com estudos de uma grande parcela de historiadores que dedicam-se a este tema de pesquisa. Ao contrário, a posse de trabalhadores escravizados estava muito mais disseminada pelo corpo social do que se pensava.

Percebemos em nosso estudo a numerosa presença desses agentes no grupo analisado, contabilizando um contingente cativo de 269 almas. É importante situarmos que a média encontrada em nossa pesquisa era bastante elevada quando comparada com o restante dos produtores do Continente do Rio Grande de São Pedro³. O número encontrado em nosso estudo somente fica próximo daquele que foi localizado por Gomes (2012, p. 100) para a Paróquia de Porto Alegre em 1779, onde foi localizada uma média de 4,2 cativos; mesmo assim, o autor utiliza uma fonte completamente distinta da nossa, os róis de confessados.

Logo, os dados que encontramos em nossa pesquisa só corroboram com o fato do quanto naquela fronteira foi utilizada a mão de obra cativa, confirmando sua importância para a consolidação das atividades econômicas daquela região. Na tabela abaixo, através da estrutura da posse de trabalhadores escravizados, buscamos demonstrar a variação do tamanho das diferentes escravarias, assim como a distribuição dos cativos entre esses pequenos produtores.

³ Na amostragem de Helen Osório (2007) para todo o Continente do Rio Grande de São Pedro, a média de trabalhadores escravizados entre os pequenos produtores era de 3,3.

Tabela I. Estrutura da posse de trabalhadores escravizados dos pequenos produtores de Jaguarão, entre 1802-1835.

Faixa de Tamanho do Plantel	Nº de proprietários	% do total de proprietários	Nº de Escravos	% do total de escravos
1 a 4	35	59%	91	34%
5 a 9	21	36%	144	53%
10 ou mais	3	5%	34	13%
Total	59	100%	269	100%

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: 59 inventários *post-mortem*. APERS.

A preponderância das escravarias de pequeno porte onde o número de trabalhadores escravizados varia entre 1 a 4 cativos, é a que encontra-se com mais frequência na área rural do Rio Grande de São Pedro (OSÓRIO, 2005. GULARTE, 2015; MATHEUS, 2016). Em nosso estudo também não foi diferente, uma vez que elas representam 59% dos proprietários que arrolavam trabalhadores escravizados entre seus bens. Contudo, apesar de representarem mais da metade dos documentos analisados, as mesmas não concentravam a maior parte dos cativos da área rural de Jaguarão. As escravarias contendo entre 5 a 9 trabalhadores escravizados totalizavam 36% de nosso universo documental e possuíam 53% da mão de obra cativa entre os pequenos produtores da região. É interessante perceber que mesmo lidando com um grupo bastante específico, em que contavam com no máximo 150 reses, três estabelecimentos possuíam dez ou mais trabalhadores escravizados.

Em Gularte (2015), quando somamos as unidades produtivas com até 9 trabalhadores escravizados, esses dados chegam a um índice de 89% das unidades produtivas por ele analisadas, porém tinham a posse de 41% desses trabalhadores. Não difere muito do que foi encontrado por Osório (2005), em que os estabelecimentos rurais com até 9 cativos são 75% de sua amostragem e aqueles com mais de 20 trabalhadores escravizados em suas escravarias totalizam 9%. Entretanto, concentravam respectivamente, 35% e 37% dos trabalhadores escravizados na área rural.

Sobre o sexo dos trabalhadores escravizados presentes nas escravarias dessas pequenas unidades produtivas rurais, destacamos que a maioria deles era composta por homens, os quais representavam 61% da totalidade de cativos presentes nos inventários *post-*

mortem, enquanto as mulheres perfaziam 39% dessa população, ou seja, temos 164 homens e 105 mulheres. A maior presença masculina entre os trabalhadores escravizados não é uma novidade. Nosso percentual fica próximo do que foi encontrado por Helen Osório (2005) para toda capitania, que foi de 68% de cativos do sexo masculino. Reforçando esse caráter, Matheus (2006) encontrou uma taxa de masculinidade para Bagé que correspondia a 137,5 homens para cada 100 mulheres. Enquanto isso, na região de Alegrete essa diferenciação era ainda mais acentuada, pois Farinatti (2010) demonstra-nos que existia 177 homens para cada 100 mulheres. Como já é amplamente discutido na historiografia, uma superioridade masculina, como observada em nosso estudo, indica que o trabalho era o eixo norteador da escravidão. Contudo, como podemos ver no quadro abaixo, essa lógica sofre alterações quando analisamos o sexo dos trabalhadores escravizados de acordo com sua origem.

Tabela 2. Distribuição da população cativa de Jaguarão por sexo e origem (%), entre 1802-1835.

	Africanos	Crioulos
Homens	74%	44%
Mulheres	26%	56%
Total	100%	100%

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: 59 inventários *post-mortem*. APERS.

Acreditamos que a grande presença de mulheres entre a população de trabalhadores escravizados de origem crioula – a qual acaba por diminuir a disparidade sexual – pode ser resultado de duas situações, a saber: 1) a reprodução endógena que era fomentada pelos produtores daquela região de fronteira ou, 2) uma estratégia econômica presente nos pequenos produtores, devido ao baixo custo frente à mão de obra masculina e aproveitamento de seu trabalho em outros setores, como o doméstico. Já a maior presença de cativos do sexo masculino entre os africanos era uma característica comum quando expandimos nossa análise para o restante do espaço colonial, apontado também por Schwartz (1988) para o Recôncavo Baiano. Nesse sentido, devemos destacar que a grande desproporção entre homens e mulheres de origem africana é o fator que atinge diretamente no resultado final do sexo das escravarias dos pequenos produtores de Jaguarão.

Uma característica que tem distinguido essa região de análise, é a maior participação de trabalhadores escravizados de origem africana nas escravarias. Em nosso universo documental não conseguimos fazer a identificação da origem de apenas 12 cativos, onde os africanos compõe 151 almas, enquanto os crioulos 106. Desse modo, os africanos representavam 59% desta população, enquanto os crioulos eram 41%. Este dado é surpreendente pois vai ao oposto do que os estudos que temos citado até agora tem mencionado, onde os crioulos chegaram a representar até 57,6% do contingente total de cativos (FARINATTI, 2010)⁴.

Acreditamos que esta região diferenciava-se devido Jaguarão ser uma economia dinâmica em que a proximidade com o porto de Rio Grande – único porto oceânico do Rio Grande de São Pedro e receptor de escravizados vindos do tráfico – tornaria o cativo mais acessível e de mais fácil aquisição. O tráfico de trabalhadores escravizados que abastecia o Rio Grande de São Pedro foi analisado na dissertação de mestrado de Gabriel Berute (2006). Nela, o autor aponta para a grande maioria de africanos que eram desembarcados naquele espaço. Além disso, Berute (2006) aponta que o desequilíbrio sexual era uma constante no cenário analisado, principalmente entre os africanos.

Ao refinar um pouco mais nossa análise e diagnosticar a faixa etária dos cativos que faziam-se presente nesta região, podemos perceber um pouco da lógica que era realizada para com a instituição escravista em Jaguarão entre os pequenos produtores. Os resultados obtidos estão expostos no gráfico abaixo.

**Gráfico 1. Faixa etária dos trabalhadores escravizados, Jaguarão/RS,
entre 1802-1835.**

⁴ Também observamos no trabalho de Helen Osório que os crioulos chegaram a representar 52% e 53% dos cativos nos períodos observados por esta autora. Ver mais: OSÓRIO, 2005. Além disso, temos o exemplo de Caçapava, onde os crioulos também compõem a maioria das escravarias e a tendência observada por Correa foi a diminuição da participação dos trabalhadores escravizados de origem africana. Ver: CORRÊA, 2013.

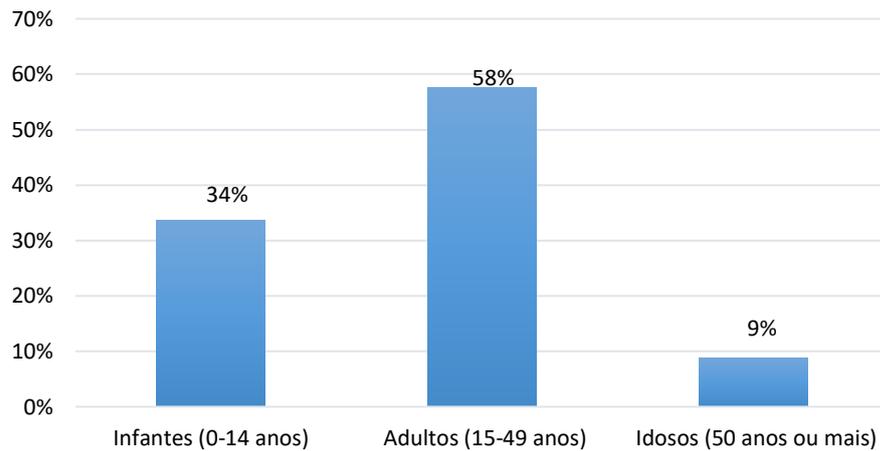


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: 59 inventários *post-mortem*. APERS.

Nos resultados expressos no gráfico acima, em apenas 7 casos não conseguimos identificar a idade do cativo e tivemos que excluir de nossa análise. Com isso, chegamos ao seguinte resultado: os trabalhadores escravizados adultos, considerados aptos para o trabalho, representavam a maioria nesses planteis (58%). É interessante notar que as crianças também possuem uma grande representação entre esses trabalhadores escravizados, com um índice de 34%, e os idosos representariam 9% do contingente da população cativa.

Como apontamos no texto, os dados até aqui expostos nos remetem que o trabalho era o eixo norteador da escravidão nessa região. Logo, é congruente termos encontrado a maioria de cativos adultos nesses estabelecimentos rurais. Todavia, a grande participação de crianças entre essa população pode ser indicativa de dois fatores nessa região: 1) a ocorrência da reprodução endógena nessas unidades produtivas e 2) estratégia empregada pelos pequenos produtores – aquisição de infantes – devido ao custo desses cativos e pensando no futuro da mão de obra familiar.

Contudo, devemos ponderar sobre a faixa etária desses cativos. Como alerta Berute (2006), muitos senhores optavam por comprar cativos com pouca idade, pois além de seu valor ser reduzido quando comparado com os trabalhadores escravizados adultos, muitos destes escravistas optariam por ensinar-lhes as lides rurais. Além disso, Matheus (2016) já encontra para a região de Bagé crianças com até sete anos denominadas como campeiros⁵.

⁵ Os trabalhadores escravizados denominados como campeiros, eram aqueles responsáveis pelas atividades de pastoreio do gado e as demais ligadas à criação, as quais exigiam bastante habilidade e resistência.

Acreditamos que em nosso cenário não seja diferente, pois no inventário de Maria Victorina, aberto no ano de 1819 pelo seu marido e inventariante Antonio Silveira da Terra, sete trabalhadores escravizados são arrolados e nenhum deles é adulto: José Congo de 14 anos, Francisco Rebolo de 14 anos, João Congo de 13 anos, Thereza Congo de 14 anos, Florencia Crioula de 7 anos, Vicentina Crioula de 3 anos e Manoel Crioulo de 1 ano⁶. Perguntamo-nos também até que ponto as crianças não eram compradas no ápice da produção familiar desses pequenos produtores, já que seu valor era inferior, de modo com que estes expressassem um tipo de racionalidade econômica desse grupo. Desse modo, esses senhores os ensinavam as lides do campo para quando diminuísse a mão de obra de sua família – seja pela morte ou casamento de algum integrante – e ela então poderia ser substituída pelo trabalhador escravizado.

Na tabela abaixo podemos perceber a variação dos valores dos cativos dentro de sub-períodos analisados. Nela, observamos que devido às crianças representarem 68% dos trabalhadores escravizados de origem crioula, possam ter reduzido a média final de valor desses cativos nos dois primeiros períodos.

Tabela 3. Variação do valor médio dos trabalhadores escravizados, Jaguarão, entre 1802-1835 (em réis)

Períodos	Africanos	Crioulos
1802-1810	108\$100	--
1811-1820	132\$208	56\$562
1821-1828	174\$090	158\$900
1829-1835	162\$900	203\$660

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: 59 inventários *post-mortem*. APERS.

Conforme a historiografia vem apontando e não deixaremos de fazê-lo também, a ideia mitificada de que as atividades desenvolvidas no meio rural sulino não propiciavam o acúmulo de capital, também não pode ser aplicada a este espaço. Apesar de lidarmos com um grupo específico – os pequenos produtores – os mesmos possuíam acesso estável à mão

⁶ Inventário de Maria Victorina. APERS, 1º Cartório de órfãos e Ausentes de Jaguarão, 1819. Fundo 008. Caixa 008.0025.

de obra cativa e conseguiam realizar a incorporação contínua dessa força de trabalho. Mas estaríamos lidando com uma produção pequeno-escravista ou com unidades produtivas em que predominavam o trabalho familiar?

Durante muito tempo, a existência de cativos nos pequenos estabelecimentos rurais causou grande impacto na historiografia e na discussão de um campesinato na América Portuguesa. Isto ocorreu devido ao fato de que, seguindo a lógica proposta por Chayanov (1981), a família camponesa dependeria somente de sua força de trabalho, possuindo uma racionalidade específica que não se enquadrava na lógica do capital. É muito importante citarmos a contribuição que Pierre Vilar (1980) concede a este tema, pois para este autor a “granja autônoma” da família camponesa, se seguisse os padrões de Chayanov, deveria manter um equilíbrio constante de produção. Vilar (1980) aponta que esses estabelecimentos teriam de conservar três princípios básicos para manterem sua autonomia, os quais consistiam em: garantir a existência e reprodução da força de trabalho, amortecer o capital para reparar instrumentos e alimentar o gado. Por fim, investir, já que para semear e desenvolver outras atividades, o investimento faz-se necessário.

Mas o que aconteceria caso uma sucessão de déficits permanecessem? Neste caso, elas corriam o risco de eliminação. Em um outro cenário, onde a produção de excedentes ocorresse, Vilar (1980) acredita que o camponês poderia comercializar seu produto fora da economia camponesa proposta pelo modelo de Chayanov e isso ajudaria na acumulação de capital. Neste sentido, Hebe Mattos (2001) tem salientado que não era incomum a presença de pequenas escravarias de trabalhadores escravizados entre os pequenos produtores, principalmente antes do fim do tráfico em 1850. Para esta autora, é preciso estar atento para o impacto que a introdução do elemento cativo pode ter na lógica organizacional da unidade doméstica, ou seja, enquanto os trabalhadores escravizados eram poucos em um domicílio camponês, não ocorreria uma transformação significativa na lógica da família, pois os cativos se tornariam a mão de obra que substituiria a dos filhos ou chefes de fogos, seja pela morte de algum integrante ou casamento de algum filho.

Ao analisar as famílias nos inventários *post-mortem* estudados, Osório (2007) buscou confrontar o número de herdeiros – somado junto ao inventariado – com o número de escravizados para medir se ocorria a dependência do trabalho cativo nessas unidades produtivas. Ainda que esta seja uma forma de medida precária, já que nos inventários não conseguimos identificar se algum herdeiro casado ainda fazia parte do grupo doméstico, ela

nos serviria de indícios para averiguar e problematizar a ocorrência dessa dependência ou não.

Realizando o mesmo procedimento relatado acima, fomos analisar a família desses pequenos produtores em que a posse de cativos estava presente. Do total de 59 inventários em que possuíam trabalhadores escravizados, conseguimos identificar a família em 55 documentos. Destes, em 73% dos casos os integrantes das unidades domésticas era superior ao número de cativos; 5% prevalecia a equidade entre família e escravaria de trabalhadores escravizados; e em 12% as escravarias se sobrepunham. Já a média de integrantes nas famílias era de 6,9, enquanto a de cativos permaneceu em 4,6. Tomando por base esses dados, com todas as ressalvas apontadas acima, podemos salientar que a mão de obra de trabalhadores escravizados que estavam em posse dos pequenos produtores de Jaguarão, era utilizada como força de trabalho complementar ao trabalho desenvolvido pelo núcleo familiar.

Com o intuito de analisar o efeito do ciclo de vida na aquisição de cativos, Farinatti (2010), ao abordar os pequenos criadores com até 500 reses em Alegrete, propõe uma divisão destes em dois grupos os quais Hebe Mattos (1998) também já havia realizado em seu trabalho. Em posse das informações das famílias, de um lado colocaríamos os casais novos que não tinham filhos com mais de 15 anos, e do outro àqueles cônjuges que possuíam um ou mais filhos acima dessa idade. Abaixo esboçamos nossos resultados.

Tabela 4. Presença de trabalhadores escravizados nos inventários segundo a idade do primeiro filho, Jaguarão, entre 1802-1835.

Idade do 1º filho	Inventários com escravos	Média de cativos por inventários com escravos	Número de escravos	Número de inventários
Maior de 15	56%	4,6	144	31
Menor de 15	44%	4,5	108	24
Total	100%	4,6	252	55

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: 55 inventários *post-mortem*. APERS.

Neste quesito nossos dados diferem dos encontrados por Farinatti (2010). Para aquele espaço, o autor encontrou uma média superior de cativos para os casais mais maduros, ou seja, aqueles que possuíam filhos com mais de 15 anos. Em nosso caso, ambas as famílias apresentam um índice quase similar. Ainda de acordo com as lógicas descobertas por Farinatti (2010), os casais mais jovens optariam por comprar trabalhadoras escravizadas do sexo feminino, quando conseguissem adquiri-las. Seguindo a ideia do ciclo de vida, a preferência por cativas mulheres se justificaria pois além do custo ser mais reduzido, elas poderiam engravidar e seus filhos tornariam-se um acréscimo à mão de obra quando os chefes das famílias ficassem mais velhos e seus filhos saíssem dos domicílios.

Esta hipótese pôde ser comprovada através de sua análise, pois entre os casais jovens a incidência de mulheres e crianças era maior que a de homens entre os cativos. Conforme podemos observar no gráfico abaixo, nossos dados também serão distintos daqueles encontrados para região de Alegrete.

Gráfico 2. Características das escravarias em relação à idade do primeiro filho, Jaguarão, entre 1802-1835.

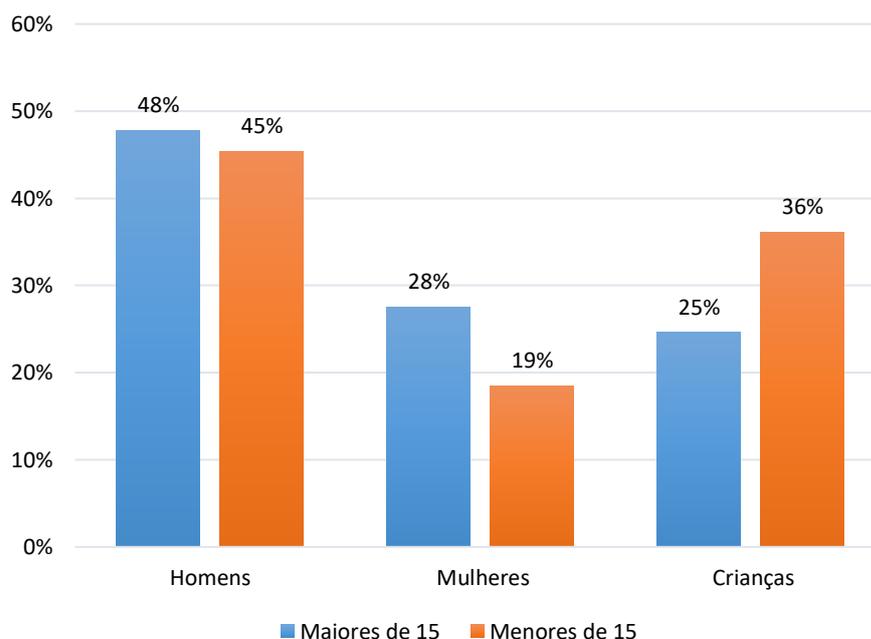


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: 55 inventários *post-mortem*. APERS.

Percebemos que os homens compõem a maioria de ambas as escravarias, representando 48% dos cativos em posse dos casais com filhos maiores de 15 anos e 45% para

os casais mais novos. Enquanto isso, observamos que no grupo dos casais mais maduros as mulheres eram o segundo contingente de maior representatividade e, por sua vez, as crianças eram as segundas que estavam mais presentes entre os trabalhadores escravizados dos casais com filhos em que a idade era inferior aos 15 anos. De acordo com os fatores expostos, analisando de modo integral o conjunto dos pequenos produtores, o ciclo familiar não ditou, em sua grande maioria, a aquisição de escravos por este grupo.

Se na abordagem do conjunto dos 55 inventários *post-mortem* não se percebe a incidência do ciclo de vida ditando a aquisição de cativos, em contraponto, encontramos seis escravarias com famílias em que o genitores eram africanos e os filhos crioulos. Em todos esses casos estamos lidando com famílias de produtores jovens que acabaram de iniciar sua vida produtiva, com filhos menores de 15 anos, rebanho diminuto e uma escravaria composta somente por dois adultos e uma ou duas crianças. Seria essa uma estratégia utilizada pelos chefes dessas unidades produtivas para organizar a mão de obra daquele domicílio para contornar riscos ou incertezas? Acreditamos que essa possa ser uma alternativa, embora ainda mereça maior atenção deste tema com o uso de fontes diversas não limitadas aos inventários.

Por fim, os mesmos dados apontados nessa análise da composição das escravarias dos pequenos produtores, faz-nos pensar, em primeira instância, que a ocorrência de acúmulo de capital para a aquisição de trabalhadores escravizados por esse grupo estava presente. Porém de que forma isso ocorria? Conforme amplamente trabalhado na historiografia sulina, a atividade criatória foi a mais difundida e rentável nesse espaço durante o período colonial. Mas nosso grupo de análise estava restrito à posse de 150 reses, fato este que não pode caracterizá-los como dependentes unicamente dessa produção. Sendo assim, quais atividades faziam com que o trabalhador escravizado fosse amplamente empregado nessas unidades produtivas? Com base nessas provocações nos propomos a levantar algumas hipóteses, no ponto a seguir, como resultado de nossa análise documental.

A organização da mão de obra cativa na pequena produção em Jaguarão

O estudo esboçado acima torna-se de fundamental importância para ajudar-nos a compreender a utilização desses trabalhadores escravizados em posse dos pequenos produtores de Jaguarão. Conforme observou-se, a maioria da população cativa encontrava-

se em idade produtiva, era de origem africana e do sexo masculino. A proximidade com o porto de Rio Grande pode ser considerado um dos fatores primordiais para a possibilidade de reposição dessa mão de obra. Além disso, a superioridade das crianças entre os trabalhadores escravizados crioulos pode ser representativa de alguma estratégia empregada pelos chefes dos estabelecimentos rurais pensando no futuro da mão de obra da unidade produtiva. Entretanto, alguns traços característicos de nosso grupo de análise faz com que suscitemos alguns pontos.

O primeiro consiste no monte-mor desses sujeitos, que é a soma do valor dos bens inventariados. Neles, pudemos observar em trabalho anterior (PINTO, 2018) que os cativos chegaram a variar de 29% a 50%, durante o período estudado, no montante da fortuna desses pequenos produtores. Devido encontrarmos um quantitativo bastante elevado de trabalhadores escravizados nesses inventários, indagamo-nos qual o poder aquisitivo desses produtores para a compra desse número de cativos? Nesse sentido, calculamos a média do patrimônio dos pequenos produtores de Jaguarão e chegamos ao numerário de 310 libras esterlinas (£) por produtor, riqueza considerada representativa daqueles integrantes das camadas mais pobres do Continente do Rio Grande de São Pedro (OSÓRIO, 2007, p. 246-265). Sendo assim, com um rebanho bastante reduzido que não ultrapassava 150 reses, qual atividade propiciava o acúmulo de capital para manter tal número de escravos e repor essa mão de obra?

Outro ponto está na diversificação das atividades desenvolvidas nestas unidades produtivas. A agricultura fez-se presente nesses estabelecimentos rurais de modo que nos inventários *post-mortem* encontramos indícios de sua prática; seja através da presença de ferramentas inventariadas entre seus bens ou em menções a trigo e lavouras. Contudo, e por estes produtores não possuírem na atividade criatória seu principal meio de aquisição de capital, a agricultura seria a produção que possibilitaria renovar/repor a mão de obra desses domicílios? Quais outras atividades poderiam nortear os pequenos produtores para adquirir trabalhadores escravizados, os quais também poderiam representar uma diferenciação social dentro desse próprio grupo de pequenos produtores? Com esses questionamentos, nos propomos a buscar compreender a utilização da mão de obra cativa nas pequenas unidades produtivas do meio rural de Jaguarão.

Ao estudar a “escravidão miúda”, em Sorocaba, aquela denominada como de pequeno porte, Bacellar (2000) trabalhou com os domicílios onde a posse de cativos não

passasse de cinco indivíduos. Com isso, ao analisar listas nominativas o autor relaciona a economia de subsistência e o abastecimento interno da região como orientação dos produtores em domínio dessas escravarias.

Nesse universo estudado, Bacellar (2000) acredita que senhores e escravos punham-se normalmente a viver e trabalhar lado a lado. Porém, em sua amostragem, a maioria de trabalhadores escravizados eram os nacionais/crioulos, devido ao menor poder aquisitivo desses pequenos produtores. Também é ressaltado em seu estudo que as mulheres compunham a maioria nesses grupos, devido a seu baixo custo quando comparado aos trabalhadores escravizados do sexo masculino. Além disso, o autor aponta que trabalhadoras escravizadas representavam uma estratégia em decorrência da versatilidade que a mão de obra de uma cativa do sexo feminino representava para a unidade domiciliar.

Apesar de apresentar escravarias que coincidem em quantidade com os dos pequenos produtores de Jaguarão, acreditamos que o cenário analisado por Bacellar (2000) distinga-se do aqui estudado. Nas escravarias do grupo o qual estamos pesquisando, as mulheres não compunham a maioria dos trabalhadores escravizados. Além disso, estamos lidando com produtores que conseguiam acumular capital para obter mão de obra cativa de africanos advindos do tráfico, enquanto Sorocaba encontrava-se afastada desse comércio. Nesse sentido, faz-se necessário compreender um pouco mais sobre a produção desenvolvida nesses pequenos estabelecimentos rurais, haja vista o indício de acúmulo de capital ocorrido nesse grupo.

Ao observarmos o espaço platino, Djenderedjian (2008) demonstra que a agricultura teve um grande peso nas atividades produtivas durante a primeira metade do século XIX, sendo capaz de suprir sem grandes problemas o consumo local de uma população que estava em pleno crescimento. No Continente do Rio Grande de São Pedro a importância dessa atividade produtiva também não seria distinta. A agricultura ganharia grande relevância neste espaço devido às estâncias que concentravam sua atividade produtiva voltada exclusivamente à produção pecuária, terem a necessidade de recorrer ao mercado interno para suprir-se de alimentos. Somado a isso, os produtos cultivados – em especial o trigo –, representavam consideráveis índices nas exportações para os portos tanto do Rio de Janeiro quanto da Bahia e Pernambuco (OSÓRIO, 2007). Sendo assim, acreditamos que grande parte da mão de obra dos trabalhadores escravizados contidos nas escravarias dos pequenos

produtores estavam voltados, principalmente, para a prática da agricultura em princípios da colonização daquele espaço.

Conforme demonstra Osório (2007), os produtos mais exportados no Continente do Rio Grande de São Pedro eram o couro, charque e trigo. Em seu estudo é apresentado que essas três mercadorias chegaram a representar, a partir de 1802, no mínimo, 71,7% das exportações rio-grandenses; enquanto em seu ápice atingiu o patamar de 93,9%. O trigo, produto norteador da produção agrícola, teve flutuações em relação ao volume e valor de exportação, tendo atingido seu máximo entre 1811 e 1816 quando ultrapassou os valores exportados do couro, tornando-se o segundo produto de maior exportação do Rio Grande de São Pedro.

Em nosso universo documental, encontramos menções ao cultivo do trigo em 14,3% dos documentos no momento da declaração dos bens desses produtores. Apesar de não ser de grande representatividade dentro da totalidade das unidades produtivas, temos de levar em consideração que para esse cereal ser declarado, o inventário deveria ter sido aberto nos momentos da colheita ou logo após, a qual ocorria geralmente no mês de janeiro.

Diante disso, acreditamos que os pequenos produtores de Jaguarão dedicaram-se especialmente para a produção desse cereal frente as grandes estâncias dedicadas exclusivamente à pecuária. Neste cenário os cativos ganhariam maior ênfase, sendo utilizados como mão de obra auxiliar no cultivo do trigo devido ao tamanho médio das famílias, conforme nossas pesquisas.

De acordo com Gelman (1998), na localidade de Colonia, a produção desse cereal estava nas mãos das famílias camponesas devido não haver grande espaço para esse cultivo nos grandes estabelecimento rurais mercantis. Para este autor, a falta de interesse dos grandes produtores nessa produção era em decorrência desta ser uma atividade de alto risco, na qual ocorriam flutuações que podiam ditar o lucro da safra. Em nosso espaço de estudo esta hipótese pode ser levantada, ao passo que, em sua dissertação de mestrado, Gustavo Gularte (2015) não encontra trigo armazenado dentro do grupo das médias e grandes estâncias que analisou, sendo esta atividade mais frequente nas pequenas unidades produtivas.

Devido aos inventários não disponibilizarem, em sua grande maioria, informações sobre o cultivo que nos propiciassem problematizar a produção desse cereal, fomos em

busca de documentos qualitativos que pudessem dar-nos algumas amostras da prática dessa cultura. Afinal, ela estaria realmente presente em Jaguarão?

Na busca de subsídios para o nosso debate, fomos levados à consultar documentos relacionados aos “intrusos”. Esses sujeitos são assim chamados e conhecidos na historiografia, pois ainda durante o período de conflitos entre as Coroas Ibéricas, os mesmos ocuparam o espaço de Jaguarão, inicialmente, de modo informal e sem o título da propriedade da terra que possuíam, ocasionando inúmeros conflitos fundiários no decorrer do século XIX⁷. Em alguns casos, as fontes desses embates demonstram-nos a situação daquela região devido a esses “intrusos” buscarem justificar, através de documentos legais, a necessidade de permanecer naquele território por eles habitado.

Um dos casos que nos chamou atenção é o de Manuel Teixeira de Mello, o qual envolveu-se em disputa pela terra que ocupava. Do outro lado estava Joaquim Manoel da Porciúncula, este último alegando que tinha a posse daquele campo. Apesar das autoridades militares terem sido favoráveis ao requerimento de Joaquim Manoel da Porciúncula, o “intruso” Manuel buscou usar a seu favor para não ser despachado de imediato, a arguição da colheita de trigo que havia praticado. Neste documento de 06 de agosto de 1811, argumenta Manuel:

Sendo o suplicante um pobre assim carregado de tão numerosa família o Comandante da Guarda do Cerrito lhe tem ordenado por ordem superior para que despeje dentro de 8 dias aquele arranchamento. Nestas tão críticas circunstâncias o suplicante recorre a inata Piedade de Vossa Excelência para que haja por bem mandar suspender aquela ordem; atendendo o que um pobre velho, onerado com tanto peso de pessoas a quem sustenta, **tendo muitos trigos já colhidos, e não tendo quem o ajude a faze-los conduzir para os Portos de embarque** visto a ausência de seus filhos, e genros lhe é impossível sair dentro do limite de 8 dias⁸. [grifo nosso].

⁷ Os intrusos consistem em um grupo de pessoas que ocuparam o espaço que estamos estudando, inicialmente, de modo informal, ou seja, não possuíam o título da propriedade da terra que ocupavam, apenas um *permissão* do Governador. Esses sujeitos serão atores fundamentais no início do processo de apropriação de terras de Jaguarão, pois para garantir a posse da terra que ocupavam, inúmeros conflitos ocorreram. Ver mais em: GULARTE, 2009.

⁸ Requerimento Manuel Teixeira de Melo. AHRS. Fundo militares. 1811. Documento: REQ 005.032.

Mesmo com o Governador despachando de modo favorável à intervenção pedida pelo suplicante, o Comandante da Guarda do Cerrito (atual Jaguarão) teve de conferir as informações que Manuel forneceu no requerimento remetido, a pedido de seu superior. Para essa atividade o Tenente Silvestre Teixeira Pinto foi destacado para repassar, logo após a visita, notícias sobre a situação encontrada. Apesar de o mesmo ter confirmado que a situação da família de Manuel não correspondia com a verdade, pois os maridos de suas filhas achavam-se empregados em outras unidades produtivas próximas a dele, o Tenente Silvestre Teixeira Pinto relata que Manuel “**tem muitos trigos para conduzir, [isso] é verdade; por quanto fica executado o respeitável despacho de Vossa Excelência de suspensão de ordem de despejo**”⁹.

A prática da agricultura não foi um empecilho somente nesse caso para que as ordens de despejo das autoridades militares fossem cumpridas em relação aos “intrusos” em Jaguarão. Nesse mesmo requerimento de Manuel Teixeira de Melo, embora não tão rica em detalhes, existe uma cópia das ordens que o Comandante da Guarda em 1810, Hipólito do Couto Brandão, recebeu sobre como proceder para o despejo dos moradores “intrusos” em 16 de setembro. Neste documento era referido:

1º Em observância das Ordens que tenho do Iustríssimo Excelentíssimo Senhor e Governador Capitão General mande vir intimar por um inferior a todos os moradores que se tem arranchado na costa de Jaguarão desde a Barra do Telho até o Passo do Sarandi sem exceção de pessoa que **não plantem milho nem outra coisa naqueles terrenos**, desde a intimação desta ordem em diante, devendo desde logo, principiarem a despejar todos aqueles arranchamentos por não terem título de legítima propriedade[...]”¹⁰.
[grifo nosso].

Sendo assim, a prática da agricultura em Jaguarão era difundida entre os produtores daquele espaço, e uma das vantagens estava na localização dessa área junto a rios e cursos de água, pois essa atividade

Ocupaba de preferencia áreas bien irrigadas y cercanas a los ríos, dada la dificultad de procurarse agua por medio de la construcción de sistema de

⁹ Requerimento Manuel Teixeira de Melo. AHRS. Fundo militares. 1811. Documento: REQ 005.032.

¹⁰ Requerimento Manuel Teixeira de Melo. AHRS. Fundo militares. 1811. Documento: REQ 005.032.

riego, de costo demasiado alto [...], y a fin de contar con la posibilidad de comunicación por la vía fluvial, mas rápida y barata que la terrestre (DJENDEREDJIAN, 2008, p. 46).

Em relação à produção agrícola e a mão de obra cativa, o trabalho de Hebe Mattos (1998) aponta-nos uma característica bastante peculiar. Ao estudar o sudeste escravista e buscar compreender a organização daquele mundo social no século XIX também utilizando inventários *post-mortem*, Mattos (1998) percebe nas fontes por ela analisadas que havia uma maior tendência na difusão da propriedade cativa onde as áreas destinavam-se a produzir alimentos.

Ainda dialogando com a produção de trigo ser uma lógica de desenvolvimento das propriedades camponesas, Gelman (1998) acredita que o maior empecilho para esse cultivo em maior escala estava justamente na aquisição de mão de obra, por isso seria mais um entrave para os grandes estancieiros já dedicados à produção pecuária. Devido precisar de mais braços para sua lavragem, o alto custo do trigo dava-se pela mão de obra necessária nos meses de arar a terra e semear, além do período de colheita. Para esses pequenos produtores, mesmo com o fato de ter que pagar pela mão de obra, o investimento no trigo seria um bom negócio, pois além dessa plantação também suprir o consumo familiar, ocorria a autoexploração do grupo doméstico no desenvolvimento dessa atividade, fato que melhor viabilizava essa produção.

A conclusão de Gelman (1998) de que o trigo era produzido, preferencialmente, por famílias camponesas, faz-nos dialogar com Barickman (2003) que estudou a produção do fumo no Recôncavo Baiano. Em Barickman (2003) notamos que o fumo, produto também destinado para a exportação, tinha como característica sua produção ficar sob o encargo das famílias camponesas. Foi uma cultura que também oscilou bastante devido a irregularidade do mercado e troca de variedades dessa planta, porém a presença cativa, embora relativa, se fazia presente em grande parte das unidades destinadas a essa produção, havendo produtores bem estabelecidos com um grande número de trabalhadores escravizados. Em nosso universo documental também encontramos produtores de trigo onde uma numerosa posse de trabalhadores escravizados fazia-se presente, podendo sua escravaria chegar até nove trabalhadores escravizados. Esse fato poderia representar que a produção desses lavradores encontrava-se estável a ponto de render lucros os quais foram reinvestidos em mão de obra.

Levantamos como hipótese que o cultivo do trigo foi um dos responsáveis pela disseminação do trabalho cativo e acúmulo de recursos entre os pequenos produtores da região analisada, pois através dos testemunhos encontrados – como o requerimento de Manuel Teixeira de Mello – podemos pensar que essa atividade não era somente destinada para a subsistência da população de Jaguarão. A confirmação do Comandante da Guarda, Silvestre Teixeira Pinto, de que nos campos ocupados por Manuel havia uma grande quantidade desse cereal plantado e colhido, faz-nos supor a ocorrência de produção de excedentes importantes.

Provavelmente, Jaguarão contribuía na manutenção da atividade exportadora de trigo para outras regiões da América portuguesa. Isso ocorria principalmente devido sua localização geográfica ser estratégica, dada sua proximidade com o porto de Rio Grande e a conexão que a mesma mantinha através de seu sistema hidrográfico com a Lagoa Mirim.

Em decorrência das poucas fontes disponíveis e que podem nos auxiliar na compreensão da produção agrária e desenvolvimento de demais atividades econômicas no Rio Grande do Sul do período colonial – como os censos e dados de arrecadação dos dízimos encontrados para a região platina –, somos obrigados a buscar alternativas que nos amparem no intento de captar o cenário produtivo na perspectiva de tentar obter respostas frente à necessidade de compreender as lógicas produtivas. Assim o fizemos para Jaguarão, ao buscarmos instrumentalização nos comprovantes diversos dos inventários *post-mortem*.

Em um primeiro momento, chamou-nos atenção um documento encontrado quando ainda estávamos realizando a delimitação de nosso objeto de estudo. Essa fonte, que leva o nome de *Balanço de rendimento e despesa da Canoa Gota*, consta no inventário de Francisco José Rodrigues Fontes¹¹, um comerciante instalado naquela região desde o início de sua ocupação em 1803.

Em seu inventário, aberto no ano de 1814, descobrimos que Francisco possuía uma Canoa em sociedade com Bartholomeu Sandim. Esse empreendimento durou dois anos e dez meses, quando Francisco veio a falecer e foi realizado um balanço dos rendimentos das atividades desenvolvidas por aquela parceria. O objetivo deste negócio era realizar o transporte de mercadorias produzidas em Jaguarão e comercializá-las em Rio Grande. Durante esse período ocorreram 48 viagens, onde foi realizado, inclusive, deslocamentos

¹¹ Inventário de Francisco Jose Rodrigues Fontes. APERS, 1º Cartório de órfãos e Ausentes de Jaguarão, 1814. Fundo 008. Caixa 008.0024.

específicos carregando mercadorias produzidas em duas charqueadas encontradas nessa região. Na tabela abaixo, demonstramos os itens mais transportados durante esse íterim e o rendimento obtido por esses negociantes com os produtos transportados.

**Tabela 5. Produtos mais transportados pela Canoa Gota,
Jaguarão/RS, entre 1802 – 1835.**

Produto	Quantidade transportada	Rendimento por alq., pç. ou arr. (em réis)
Couro	18.160 pç.	\$80
Trigo	12.419 alq.	\$100
Sebo	6.502 arr.	\$60

Tabela elaborada pelo autor.

Fonte: Inv. de Francisco Jose Rodrigues Fontes. APERS, 1º Cartório de órfãos e Ausentes de Jaguarão, 1814. Fundo 008. Caixa 008.0024.

Nota: pç. – Peças; alq. – Alqueires; arr. – Arrobas.

Podemos observar na tabela acima, que o couro foi o produto mais transportado por esses comerciantes durante o período de vigência de seus negócios. Esse fato não chega a ser surpreendente tendo em vista que este artigo permaneceu, durante um longo período, como o produto mais exportado para o mercado ultramarino, embora tenha perdido espaço para o charque após 1790 e, em determinado momento, para o trigo. Porém, recuperou seu valor e quantidade de exportação, após o ano de 1815, ultrapassando novamente o cereal (OSÓRIO, 2007).

O sebo, produto oriundo das charqueadas, é referência constante entre os itens transportados por esses negociantes, embora tenham somente quatro menções ao deslocamento do charque dos estabelecimentos nascentes de Jaguarão para o porto de Rio Grande. Enquanto isso, o trigo também aparece como um dos produtos mais exportados por esses comerciantes.

Além de ser a cultura com o maior número de transportes realizados até Rio Grande, cabe ressaltar que o trigo configurava-se como o mais rentável para estes negociantes¹². Enquanto conseguiam obter um lucro de 60 réis por arroba de sebo e 80 por cada peça de couro; com o trigo seu rendimento alcançava 100 réis por alqueire¹³. Temos de ponderar que o período abarcado por esta análise corresponde ao momento de apogeu do cultivo do trigo ocorrido entre os anos de 1811 até 1816 (OSÓRIO, 2007). Contudo, se para estes comerciantes o rendimento da produção tritícola era superior, podemos argumentar que também era para seus produtores.

O balanço de rendimentos da Canoa realizado em decorrência da morte do comerciante Francisco José Rodrigues Fontes, além de mostrar-nos testemunhos das atividades produtivas de Jaguarão no período colonial, torna-se importante por demonstrar quais as pessoas que enviavam seus produtos para Rio Grande. O documento é registrado da seguinte forma: no primeiro momento foi feita a relação dos artigos e a quantidade que foi transportada para Rio Grande, o que gerou a tabela acima. Posteriormente, é indicado o valor recolhido para Jaguarão e quanto pertencia a cada pessoa, sem apontar qual item transportado cada produtor ofertou. Desse modo, nos foi possível transcrever esse documento e pesquisar se os nomes de nosso universo documental estavam incluídos entre as pessoas que enviavam itens de sua produção para comercialização em Rio Grande¹⁴.

Devemos ressaltar, entretanto, que a única informação disponível nessa lista é o nome e sobrenome da pessoa que teria obtido rendimentos com a atividade comercial de Francisco José Rodrigues Fontes e Bartholomeu Sandim. Na falta de maiores informações, podemos apenas levantar como hipótese que caso fosse encontrado algum nome correspondente de um integrante de nosso universo de pequenos produtores, este faria parte

¹² Durante os dois anos e dez meses em que esse negócio funcionou, foram realizadas 38 viagens com destino à Rio Grande. Destes 38 transportes, os produtos mais deslocados foram: trigo (28), sebo (27), couro (26) e o charque (4). Pela organização encontrada no documento, percebemos que são os proprietários da Canoa que comercializam o produto a preço fixo nesse meio tempo, o que nos possibilitou afirmar a rentabilidade do cultivo do trigo.

¹³ Ainda no tocante a produção do trigo, convém mencionar que quando convertemos as medidas para os padrões utilizados atualmente, impressionamo-nos com a quantidade desse cereal que foi transportado para Rio Grande nesse curto período. Conforme observamos, era muito comum pesar os produtos utilizando o volume como medida padrão. Sendo assim, encontramos nas “Unidades Agrárias não Decimais em Uso no Brasil”, produzido pelo Ministério da Agricultura, e também em Corcino, a referência de que um alqueire correspondia a 22,67 quilogramas. Desse modo, a Canoa de Francisco José Rodrigues Fontes e Bartholomeu Sandim transportou no período de menos de três anos, o correspondente a 300.539,80 quilogramas de trigo, o equivalente a pouco mais de 300 toneladas. Ver as medidas em: BRASIL, 1948. pp. 49-50. SANTOS, 1984. pp. 04.

¹⁴ Inventário de Francisco Jose Rodrigues Fontes. APERS, 1º Cartório de órfãos e Ausentes de Jaguarão, 1814. Fundo 008. Caixa 008.0024.

da atividade voltada para a comercialização de seus produtos para o abastecimento de outras regiões.

Sendo assim, nossa pesquisa resultou em dois pequenos produtores que receberam rendimentos do transporte de produtos da Canoa Gotta para o porto de Rio Grande. O primeiro deles é Damasio Vergara. Encontramos seu nome na lista a partir de 26 de setembro de 1812. Sua unidade produtiva pode ser caracterizada como mista, devido encontrarmos ferramentas e bois mansos entre seus bens, porém não há indícios de trigo armazenado. Contudo, estava em posse de 5 trabalhadores escravizados.

Outro pequeno produtor localizado foi Domingos Anselmo. Este lavrador já aparece denominado na listagem desde a primeira viagem da Canoa para Rio Grande em 05 de abril de 1811. Por sua vez, não haveria a possibilidade deste sujeito depender da atividade criatória devido possuir em seu rebanho apenas 15 reses. Em contrapartida, declara duas chácaras com casa de capim onde em uma delas é mencionada a presença de lavoura, contendo 200 ovelhas entre seu rebanho. Ainda estava arrolado em seu patrimônio o domínio de nove trabalhadores escravizados, uma quantidade muito significativa para alguém que possuía um rebanho pequeno. Sendo assim, acreditamos que sua principal atividade estava voltada para a produção do trigo e a criação de ovelhas.

Nessa listagem ainda deparamo-nos com muitos casos onde só colocavam o primeiro nome, fator que abre margem para a ocorrência de muita especulação devido encontrarmos muitos deles em nosso grupo. Contudo, optamos por não referenciar pois a repetição de nomes no período colonial é uma constante.

Apesar de localizarmos somente dois sujeitos de nosso universo documental nesse balanço de rendimentos, devemos destacar o ponto de esta ser apenas uma das outras possíveis Canoas e formas de transporte para comercialização dos produtos produzidos¹⁵. Além disso, no transcorrer dos anos em que esse empreendimento ficou ativo, percebemos que a maioria dos nomes se repetem, levando-nos a crer em uma certa clientela dessa embarcação.

Desse modo, acreditamos que o cultivo do trigo propiciou o acúmulo de capital desses pequenos produtores de Jaguarão e, com isso, os mesmos investiriam na mão de obra cativa, visando o futuro aproveitamento desses trabalhadores escravizados nas plantações e lides

¹⁵ Em Sérgio da Costa Franco é demonstrado que a atividade econômica, na estruturação da freguesia, já demonstrava sinais de desenvolvimento tanto com os lusos quanto castelhanos. Ver em: FRANCO, 1980. pp. 38-40.

rurais. Contudo, a produção tritícola não terá seu auge durante todo o período aqui estudado.

O porto do Rio de Janeiro, principal destino do trigo produzido no Continente, começará a receber remessas a partir de 1820 com grande frequência vindas dos Estados Unidos da América (EUA), mais especificamente, Filadélfia. Com políticas de apoio à produção do trigo, o que diminuía o preço desse produto, os EUA verão seu cereal ser comercializado em maior escala para o Rio de Janeiro, diminuindo os envios de Rio Grande de São Pedro (BROWN, 1991). Além disso, as posteriores guerras no Rio Grande e o futuro crescimento da lucratividade da pecuária também serão fatores que contribuirão para esse declínio.

Pensando nisso, propomo-nos a fazer uma nova média de trabalhadores escravizados que estavam em posse dos pequenos produtores, dentro de nosso universo documental e do recorte de análise, levando em consideração o momento em que o cultivo do trigo ainda estava presente (1802- 1822); e posteriormente, quando essa cultura perdeu sua força no mercado de exportação (1823-1835). Os resultados obtidos podem ser conferidos na tabela abaixo.

Tabela 6. Média de trabalhadores escravizados levando em consideração o cultivo do trigo, Jaguarão, entre 1802 – 1835.

Ano	Total de Unidades Produtivas	Unidade Produtiva com escravos	Quantidade de escravos	Média
1802-1822	40	38	157	4,1
1823-1835	27	21	112	4,6*

Tabela elaborada pelo autor.

*Retiramos dessa amostragem dois inventários os quais possuíam as maiores escravarias encontradas entre esses produtores, contendo, respectivamente, 11 e 12 cativos. Sendo assim, para calcular a média foi levado em consideração 89 trabalhadores escravizados presentes em 19 unidades produtivas.

Fonte: 67 inventários *post-mortem*. APERS.

A ideia de realizarmos essa divisão surgiu da necessidade de buscarmos compreender a utilização dessa mão de obra cativa entre os pequenos produtores em Jaguarão. O intuito era perceber se a estagnação do cultivo do trigo afetaria a aquisição de trabalhadores escravizados nas unidades produtivas.

Com isso, a tabela 6 demonstra-nos que o declínio das exportações do trigo em nada afetou a manutenção/reposição da mão de obra cativa entre esses produtores. No período de produção desse cereal, os trabalhadores escravizados estavam presentes em um maior número de unidades produtivas, em que apenas duas delas não tinham acesso a essa força de trabalho, porém sua média era de 4,1 cativos por inventário *post-mortem*. No cenário seguinte, onde a produção do trigo teria estagnado, chegamos a dados díspares dos encontrados para o primeiro período.

Na análise das informações pertencentes ao período de 1823-1835, notamos que apesar da mão de obra cativa ser menos difundida entre os pequenos produtores – pois seis deles não possuíam nenhum trabalhador escravizado – sua média ainda assim era maior, com um contingente médio de 4,6 cativos por unidade produtiva. Devemos ainda ressaltar que foram excluídos os números de dois inventários onde a escravaria era bem superior quando comparados com o restante dos inventários *post-mortem*; uma delas possuía 12 e a outra 11 trabalhadores escravizados. Se levássemos em consideração esses números, a média chegaria a 5,3 cativos por estabelecimento rural após o fim do cultivo do trigo.

Nesse sentido, o crescimento da participação do trabalhador escravizado dentro do patrimônio desses pequenos produtores, no desenrolar dos períodos estudados, não ocorre em decorrência da maior valorização do cultivo do trigo, pois percebemos que sua média, mesmo após o término das exportações desse cereal, cresce dentro das unidades produtivas. Como nos propomos a buscar compreender onde essa mão de obra era empregada, devido sua elevada média, queremos problematizar e levantar algumas hipóteses que ainda podem render alguns estudos que nos auxiliem a pensar sobre este assunto.

Acreditamos que a produção do trigo foi, de fato, um fator determinante para aquisição da mão de obra cativa, assim como a lavoura um dos locais onde essa mão de obra foi mais utilizada pelo grupo que estamos estudando. Contudo, essa atividade não é suficiente para explicar tamanha presença de trabalhadores escravizados dentro desse

grupo. Afinal, por que esses sujeitos investiriam seus excedentes na compra de um cativo e não de um número elevado de reses?¹⁶

Sendo assim, nos propomos a pensar nesses trabalhadores escravizados enquanto renda; ou seja, esses cativos representavam rentabilidade para seus possuídores, devido sua alta produtividade perante aos demais meios produtivos disponíveis. Portanto, uma das hipóteses pode ser pensada através da economia dos pequenos produtores não ser ditada pela pecuária, mas sim por outro ordenamento.

Levamos como uma alternativa para o desenvolvimento dos pequenos estabelecimento rurais o cultivo do trigo¹⁷. Porém, sabe-se que o momento de maior necessidade da mão de obra cativa ocorre quando é necessário arar e semear a terra; além do período da colheita. Mas o que aconteceria quando ocorresse a sobreoferta do trabalho, ou seja, quando não se fazia mais necessário a mão de obra cativa? Os pequenos produtores aqui analisados possuíam um rebanho *vacum* que contava em média com 92 animais, sendo assim, certamente não seria esse o destino dos trabalhadores escravizados.

Um fator importante a ser mencionado decorre do fato de nas economias platinas – estas sem o emprego do trabalhador escravizado tão difundido como no Continente do Rio Grande de São Pedro – ser largamente mencionado há muito tempo a alta mobilidade espacial praticada por jovens, em sua maioria solteiros, em busca de emprego ou, simplesmente, venderem sua força de trabalho¹⁸. Esse fato também é abordado pela historiografia desenvolvida no Rio Grande do Sul¹⁹. Com isso, podemos levantar a hipótese de que na região analisada a força de trabalho vendida seria a do trabalhador escravizado? Sendo assim, nos momentos em que não estivesse ocupado prestando serviços ao chefe do

¹⁶ Conforme já apontado, o valor de um trabalhador escravizado poderia corresponder a um número de 73 até 151 reses.

¹⁷ Enfatizamos o cultivo do trigo devido a historiografia e as fontes consultadas nos fornecerem maiores subsídios para esse tema, mas ainda não podemos desconsiderar as outras culturas lavradas, como as mencionadas por Gonçalves Chaves: milho, feijão, alpiste, etc. Ver: CHAVES, 2004. pp.236.

¹⁸ Durante muito tempo esses sujeitos ficaram estigmatizados como os “gauchos”, sujeitos considerados preguiçosos e indolentes pelos governantes devido sua recorrente mobilidade espacial. Com o avanço das pesquisas, um novo cenário foi descoberto onde esses agentes, em busca de melhores condições, vendiam sua força de trabalho de modo sazonal, como um modo de subsistência, sendo chamados de “peões”. São inúmeros trabalhos que abordam esse assunto da mão de obra na região pampeana. Pode ser observado em: GARAVAGLIA, 1999. MAYO, 1987, pp. 25-32. GARAVAGLIA, 1987, pp. 42-52. GELMAN, 1987, pp. 53-60.

¹⁹ Podemos citar para o período imperial: FARINATTI, pp. 368-383. Também é trabalhada para finais do século XIX e início do XX a questão da transição entre dependência e autonomia entre os filhos mais jovens que buscavam vender sua força de trabalho em: LEIPNITZ, 2016.

domicílio e da unidade produtiva, o mesmo era alugado de modo que gerasse renda para esse proprietário²⁰.

Apesar de seu trabalho exceder nosso recorte temporal, Bom (2017) preocupa-se em pensar a escravidão em Jaguarão na segunda metade do século XIX, onde busca compreender as experiências de cativeiro e liberdade vividas pelos trabalhadores escravizados. Com a análise de processos criminais, este autor constata a seguinte situação envolvendo dois cativos:

Antônio foi trabalhar na propriedade de Francisco José Gonçalves da Silva, pois foi alugado por seu senhor para trabalhar sob as ordens do capataz João Jacinto. Ocorreu o mesmo com a escravizada Mauricia. Ela com seus 20 anos de idade, solteira e trabalhadora doméstica, foi alugada pelo capataz da propriedade de Francisco José (BOM, 2017, p. 130).

Conforme pode-se observar, Bom (2017) encontra em seu período de análise trabalhadores escravizados sendo alugados como modo de obtenção de renda pelos produtores daquela localidade²¹. Sendo assim, também não podemos descartar essa utilidade da mão de obra cativa em nosso intervalo de tempo, pois acreditamos que podemos estar capturando um traço estrutural presente naquela sociedade que vai consolidar-se com o desenrolar dos anos.

Outro aspecto que deve ser mencionado está na relação rural – urbano. Também buscamos problematizar essa conjuntura, pois na historiografia argentina, principalmente em nosso período estudado, é cada vez mais frequente a menção de que ao passo que os núcleos urbanos foram crescendo, o campo não perdeu moradores. Desse modo, é proposto pensar nesses dois ambientes não como antagônicos e empecilhos para o desenvolvimento um do outro, mas sim como espaços complementares (CILIBERTO, 2000).

Nessa relação ambos auxiliariam mutuamente o desenvolvimento das atividades econômicas e produtivas daquele espaço. Conforme Ciliberto (2000) destaca, o rápido crescimento de Buenos Aires fez com que os produtores dedicados ao cultivo de cereais e

²⁰ O aluguel de escravos também é citado por Farinatti para a região de Alegrete como forma de uma dívida entre pais e filhos/genros, porém agindo no mercado “impessoal” dessas relações. Ver: FARINATTI, 2010. pp. 314.

²¹ Seu argumento ocorre, principalmente, através do uso de processos crimes durante 1780-1888. Nesse cenário, também foi ressaltado pelo autor o compartilhamento de cativos entre as famílias, Ver: BOM, 2017.

hortícolas, abastecessem e alimentassem os moradores do meio urbano. Isso decorre, muitas vezes, de não haver um limite claro entre o campo e a cidade.

Inspirados nessa provocação, e cientes de que as primeiras concessões de terrenos urbanos em Jaguarão começaram a ocorrer a partir de 1811 (FRANCO, 1980, p.40), também nos propomos a pensar se esses trabalhadores escravizados não seriam utilizados para erigir as futuras moradias daquela freguesia. Acreditamos que essa tenha sido a principal mão de obra empregada pois, como Mattos (1998) destaca, ser livre na sociedade escravista do século XIX passava basicamente por “não trabalhar”, ou mais especificamente, viver de rendas. Dentro dessas opções é destacado, inclusive, o aluguel de cativos como um modo de garantir uma fonte de renda, em muitos casos esta atividade seria capaz de eximir a família livre do trabalho direto. Desse modo, a liberdade incumbia “idealmente, portanto, como um atributo do homem branco e potencializadora do não-trabalho” (MATTOS, 1998, p. 32).

Considerações Finais

Neste artigo direcionamos nossa atenção para os trabalhadores escravizados encontrados nas unidades produtivas dos pequenos produtores de Jaguarão/RS, durante o período de 1802 – 1835. Abordar a utilização da mão de obra cativa nos pequenos estabelecimentos rurais, tornou-se indispensável devido ao cenário de grande disseminação encontrado nas fontes analisadas.

Diante disso, nos propusemos a debater o objeto em dois momentos. Inicialmente, caracterizamos as escravarias através da estrutura da posse de trabalhadores escravizados, e nesse exercício pudemos perceber que os pequenos produtores possuíam planteis em sua maioria de 5 a 9 cativos, ocorrendo uma grande disseminação dessa mão de obra no grupo estudado, pois não encontramos a concentração dos cativos sob posse de alguns poucos produtores. Além disso, ressaltamos que os trabalhadores escravizados de origem africana compunham a maioria das escravarias analisadas, onde os adultos em idade produtiva constituíam-se na maior parte desse contingente populacional. Esses dados contribuíram para levantarmos a hipótese da participação de Jaguarão no mercado do tráfico de trabalhadores escravizados, devido sua proximidade com o porto de Rio Grande. Em virtude disso, o trabalho seria o destino final desses cativos.

Outro ponto importante destacado, estava no fato do ciclo produtivo e de vida desses pequenos produtores, aparentemente, não ter ditado uma estratégia de aquisição desses trabalhadores escravizados por essas famílias. De fato, o que parece-nos ter ocorrido no meio rural de Jaguarão, de acordo com todas as informações apontadas até o momento, foi o acúmulo de capital proporcionado pela atividades desenvolvidas nesses estabelecimento rurais, as quais proporcionavam a incorporação contínua dessa mão de obra. Contudo, ficavam algumas inquietação, como: qual atividade era desenvolvida por esses pequenos produtores que proporcionava lucros suficientes para a incorporação dessa mão de obra? Além disso, onde eram empregados esses trabalhadores, haja vista que a criação de animais não era a principal atividade desses sujeitos?

Baseados nessas e outras inquietações, na segunda parte do trabalho abordamos as atividades que os pequenos produtores desempenhavam com o uso da mão de obra de trabalhadores escravizados. Nessa etapa, além dos inventários *post-mortem*, contamos com o incremento de fontes judiciais. Diante disso, podemos apontar que a agricultura e, principalmente, a atividade trigueira era um dos destinos prováveis do emprego desses cativos. Isso pode ser confirmado devido sua importância enquanto produto de exportação do Continente do Rio Grande de São Pedro, além das menções encontradas em muitos documentos analisados.

Porém, esse não poderia ser o único destino desses trabalhadores, pois a média de cativos, mesmo após o fim do cultivo desse cereal, aumentou. Em virtude disso, propomos a pensar nesses trabalhadores escravizados enquanto renda, os quais gerariam lucro para seus proprietários através de seu aluguel para emprego em atividades variadas, pois conforme é debatido na historiografia, na sociedade colonial era recorrente o aluguel de trabalhadores escravizados para incremento de renda nos domicílios familiares.

Tão logo, neste trabalho, não buscou-se findar o debate sobre a utilização de trabalhadores escravizados na pequena produção e, de modo geral, nas economias agrárias do Rio Grande do Sul colonial. Ao contrário, esse artigo procurou provocar e suscitar um maior debate sobre o emprego dessa mão de obra nesse espaço analisado. Desse modo, estes são apenas apontamentos iniciais de inquietações que a pesquisa nos documentos e arquivos proporcionou, haja vista que compreender a utilização desses trabalhadores escravizados e o acesso a eles em uma sociedade de baixa circulação monetária é um desafio.

Referências Bibliográficas

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A escravidão miúda em São Paulo colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 239-254.

BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780- 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825*. 2006. 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BOM, Matheus Batalha. *Porosas Fronteiras: Experiências de escravidão e liberdade nos limites do Império (Jaguarão – Segunda metade do século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

BRASIL. *Unidades Agrárias não Decimais em Uso no Brasil*. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro. 1948.

BROWN, Gregory G. The impact of American flour imports on Brazilian wheat production: 1808-1822. *The Americas*, vol. 47, Nº 3, Jan. p. 315-336, 1991.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: Período colonial*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias ecônopolíticas sobre a administração pública do Brasil*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena. *A questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CILIBERTO, Valeria. La agricultura a las puertas de la ciudad: arrendatarios, pequeños propietarios y grandes chacareiros. *Quinto sol*, n. 4, p. 39-65, 2000.

CORRÊA, André do Nascimento. *Ao sul do Brasil Oitocentista: Escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

DJENDEREDJIAN, Julio. *Historia del capitalismo agrario pampeano: la agricultura pampeana en la primeira mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão (1790-1833)*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul. 1980.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. ¿Existieron los gauchos? *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales*, n. 2, pp. 42-52, 1987.

_____. *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

GELMAN, Jorge. ¿Gauchos o Campesinos?. *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales*, n;2, pp. 53-60, 1987.

_____. *Campesinos y estancieros*. Uma região del Río de la Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Los libros del Rey, 1998.

GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GULARTE, Gustavo da Silva. *Intrusos em terras fronteiriças: Ocupação e povoamento das terras da margem oriental do Rio Jaguarão, 1801-1814*. Monografia de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LEIPNITZ, Guinter Tlajia. *Vida independente, ainda que modesta*. Dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c. 1884 – c. 1920). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Campesinato e escravidão. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João. *Escritos sobre história e educação: Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: MAUAD; FAPERJ. 2001, p. 331-350.

MAYO, Carlos. Sobre peones, vagos y malentretenidos: El dilema de la economía rural rioplatense durante la época colonial. *Anuario IEHS*: Instituto de Estudios histórico sociales, n;2, pp. 25-32, 1987.

OSÓRIO, Helen. *Fronteira, Escravidão e Pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. Segundas Jornadas de História Regional Comparada. Anais*. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

_____. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PINTO, Franklin Fernandes. *Economia, agregação e reprodução social entre pequenos proutores (Jaguarão/RS, c. 1802 – 1835)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VILAR, Pierre. ¿Economía campesina? In: VILAR, Pierre. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. Barcelona: Editorial Crítica, 1980. p. 265-311.

Recebido em: 31 de maio de 2021.

Aprovado em: 20 de setembro de 2021.